



# EDUCAÇÃO DO CAMPO: MOTIVAÇÕES QUE GERARAM RECUOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA-POLÍTICA-ECONÔMICA E SOCIAL

## ARTIGO ORIGINAL

SOARES, José Lopes <sup>1</sup>

SANTOS, Roseli Bernardo Silva dos <sup>2</sup>

SOARES, José Lopes. SANTOS, Roseli Bernardo Silva dos. **Educação Do Campo: Motivações que geraram recuos e avanços na educação do/no campo em uma perspectiva histórica-política-econômica e social.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, Vol. 02, pp. 62-71. Dezembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/motivacoes>

## RESUMO

Este artigo visa apresentar algumas motivações que ao longo da história geraram recuos e avanços na educação do/no em uma perspectiva histórica-política-econômica e social, tendo como base os textos que foram utilizados na ministração da disciplina de - Educação do Campo estudada no curso de Pós-Graduação-Mestrado Acadêmico em Educação, ofertado pela Universidade Estadual de Roraima em parceria com o Instituto Federal de Roraima e com os professores da Universidade Federal de Roraima em uma perspectiva analítica e questionadora da realidade. Por meio das leituras e debates em torno dos referidos textos surgiu à problemática desta

---

<sup>1</sup> Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, graduação-Licenciatura História).

<sup>2</sup> Orientadora. Doutorado em Ciências Sociais. Mestrado em Ciencias en la Educación Superior. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais. Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.



pesquisa, a saber: Quais são algumas das motivações que geraram recuos e avanços na educação do/no campo ao longo dos séculos em especial no Brasil? Neste cenário, o objetivo é fornecer ao leitor informações e reflexões sobre o tema, fundamentado em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Nesta perspectiva, para alcançar o objetivo proposto o presente artigo dispõe em sua estrutura da introdução, seguida da base teórica, que contém no seu bojo uma retomada histórica da educação de forma geral e do/no campo, mostrando nesse processo alguns recuos e avanços pelos quais a educação do campo passou a ser motivada por aspectos políticos, econômicos e sociais. Os resultados visam provocar novas discussões em torno do tema com intuito de fomentar ações que ajudem gerar avanços significativos na educação do/no campo.

Palavras-chave: Avanços, recuos, educação, motivações, campo.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre alguns recuos e avanços que a educação do/no campo, ao longo dos séculos tem enfrentado.

Neste sentido, para discorrer sobre o assunto é necessário levar em consideração que a educação no espaço campestre deve ser visto não apenas como uma modalidade de ensino, mas também levar em consideração a forma própria de viver dos sujeitos que lá residem e que essa população camponesa tem os mesmos direitos educacionais desfrutados pela população dos centros urbanos, pois fica evidente no transcorrer da história que essa modalidade educacional foi deixada em segundo plano, e não existiu uma atenção significativa por parte dos governantes no tocante a uma educação que atendesse as demandas da população campestre de forma significativa e emancipatória.

Neste contexto, é possível perceber quando estudamos obras de autores como: Manacorda, Mario Alighiero. História da Educação; da antiguidade aos nossos dias. 11. Ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 2004; Diálogos e Experiências sobre a Educação do Campo/ Sérgio Luiz Lopes, Organizador, - Boa Vista: Editora da UFRR,



2017; Leite, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002; Romanelli, Otaíza. História da Educação no Brasil. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006; Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 46.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, Esteban, Maria Tereza; Estreck, Danilo R. A Educação Popular. Lugar de construção social coletiva. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 e Caldart, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004 - alguns “recuos e em contrapartida avanços” que fizeram parte da educação do/no campo vinculados diretamente aos mecanismos políticos, econômicos e sociais.

Assim, o presente trabalho embasado nos referidos atores evidencia alguns recuos que no decorrer da história foram prejudiciais para o desenvolvimento da educação do/no campo, como também em contrapartida alguns avanços significativos da educação campestre, os quais foram úteis para que a educação do/no campo fortalecesse a identidade e adquirissem aos poucos sua autonomia.

## **1.1 A EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

No decorrer da História da Humanidade, a educação como formação intelectual e integral ficou restrita a poucos que tinham tempo e condições financeiras. Essa realidade durante os séculos antes da invenção da imprensa foi mais agravante, pois nesse espaço de tempo apenas os mais ricos e os integrantes do clero tinham acesso à educação formal. No referido tempo à maioria da população dispunha de uma educação focada em aprender por meio da imitação com a experiência dos mais velhos, sendo a tradição por muito tempo a principal fonte para obter o conhecimento. Os séculos passaram e hoje vemos que a educação formal tornou-se acessível, especialmente no Brasil além de ser acessível é compreendida também como um direito universal, sendo que nos diferentes regimes (republicano, ditatorial e democrático) apresentaram algumas deficiências em relação a oferta dessa educação, principalmente no espaço que se concentra a população do campo.

Nesta perspectiva, essa educação de acordo com Leite (2002, p.17), “é uma constante em todas as culturas e sociedade e, de certa forma, reflete as intenções – ideologias



- dos dirigentes políticos-administrativos, quer em tendências totalitárias, quer em tendências abertas à vivência democrática”. A afirmação do autor mostra que a educação que toda sociedade dispõe está recheada de viés ideológico, no entanto ela não pode ou não deve alienar o sujeito, mas como afirma Ghedin (2003), ela tem que propor uma alternativa crítica da realidade e não condenar a classe trabalhadora ao conformismo e à integral alienação, reproduzindo a dinâmica intencional do sistema dominante, sendo que ao longo da história essa reprodução tem sido um fato real na sociedade brasileira – a educação serviu e ainda serve como instrumento ideológico a serviço das classes dominantes. Essa realidade sofreu modificações em grande parte por meio dos movimentos sociais resultantes da conscientização da população por intermédio de pensadores que objetivavam o acesso à educação para todos e a emancipação do sujeito.

Essa reflexão pode ser mais bem esclarecida a partir do momento que compreendemos melhor a existência da interdependência das esferas: política, econômica e social, e que não é possível desvinculá-las, mas entender que toda sociedade cuja configuração tem essas esferas, dentro dessa dinâmica a educação que se desenvolver nesse espaço estará sob a influência direta dessas esferas, levando também em consideração a influência elementar de uma visão de mundo e de ser humano.

## **1.2 EDUCAÇÃO E SUA DEPENDÊNCIA DA ESFERA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL**

A dependência da educação em relação à esfera política é um fato comprovado, e em relação a essa submissão Leite (2002, p.18), afirma que:

O Estado, desta feita é resultado do contrato social realizado entre as classes ou grupos sociais em que a representação política (poder), esclarece o significado próprio da sociedade, instalando-se numa base constitucional legal suas prerrogativas e legitimações. E cria ao mesmo tempo, mecanismos organizacionais de sustentação moral, matéria, cultural e política dos cidadãos, através de serviços e do atendimento às múltiplas necessidades e direitos da sociedade, entre eles a educação.



Não se pode negar que o Estado por meio de representação política pode desenvolver uma política educacional que garanta a todos um ensino de qualidade acessível a todos a exemplo de outros países, possibilitando ao cidadão o direito à educação, e dar condições para que o sujeito tenha acesso aos bens produzidos no espaço social, seja ele material ou imaterial, e venha capacitá-lo também para o exercício da cidadania de forma crítica e reflexiva, ou seja, emancipá-lo. (Suprimida a ideia de classe dominante)

Dentro desse contexto, é possível afirmar que a tendência mais propícia vivida até os dias atuais é que predominem os interesses dos grupos que detém o poder aquisitivo, pois de acordo com Leite (2002), atualmente os interesses dos grupos bem sucedidos economicamente estão revestidos de formas inovadoras de manipulação e dominação, onde os elementos ideológicos firmados nas teorias da globalização e estruturas de produção visam perpetuar o domínio, sendo que um dos mecanismos importantes para se alcançar esse fim é a esfera política.

A premissa de que grupos no espaço da sociedade fazem de tudo para manter o domínio encontra embasamento na afirmação de Ghedin (2003, p.50) quando assegura que:

O maior golpe em nossas consciências é fazer-nos acreditar que a sociedade é do modo que se apresenta a nós porque as pessoas não fazem sua parte. Reduzir as mazelas do País ao nível individual é uma forma estratégica de transferir a responsabilidade política do Estado para cada sujeito, fazendo responsável pelos problemas gerados e mantidos pela imensa desigualdade social, política, econômica, e cultural impetrada pelas elites que se apropriam do poder.

Tal domínio somente pode ser superado ou amenizado por meio de uma conscientização que se encontra no cerne de uma educação emancipatória, desvinculada de viés ideológico, essa conquista educacional na maioria das vezes foi e é alcançada por meio da mobilização social obrigando os gestores da esfera política ofertá-la.



Além da dependência política, a educação depende também da esfera econômica e, isto é vivenciado de duas formas: a primeira diz respeito ao sistema econômico que determinada sociedade está vinculada, no caso do Brasil estamos vinculados ao sistema capitalista que segundo Leite (2002, p.17), “Inter compõem e sustentam um processo social e histórico em que os objetivos primordiais são – poder e lucro”. Sendo que a riqueza produzida venha ser distribuída entre uma pequena parcela da sociedade.

A outra forma vivenciada está relacionada diretamente a primeira, pois Leite (2002), ainda enfatiza que qualquer análise, orientação, interpretação de – política educacional e da própria educação tem que ter por base o Estado Liberal Moderno e o Capitalismo Internacional. Isso implica compreender que de fato a educação depende da esfera econômica e se desenvolve ao longo da História conforme os ditames econômicos que determinada sociedade está inserida. Romper com esse modelo de educação ainda é um grande desafio que se apresenta diante da sociedade, especialmente no espaço dos menos favorecidos.

A sistematização de uma educação - depende também - de como uma sociedade é formada e se organiza, no caso da sociedade brasileira ela é denominada por muitos pensadores de – Sociedade Capitalista, isso implica assegurar que é a divisão social do trabalho que determina as relações sociais (GHEDIN, 2003)

Na formatação da educação, que se desvela no tempo e no espaço como aquela que dar prioridade para formar a prole da elite para exercer as principais funções públicas e as profissões liberais mais bem remuneradas, por outro lado as classes trabalhadoras estão vinculadas a uma educação primária ou devido à demanda econômica - a formação tecnicista, alienada do pensamento crítico e reflexivo.

Essa sistematização da educação sob a influência política, econômica e social já mencionado, criou divisões educacionais entre os indivíduos dos centros urbanos (elite-proletariado), sendo que no espaço campesino essa divisão tornou-se mais acentuada, pois além de negar uma educação de qualidade, a que tem sido ofertada a priori era desvinculada da realidade do sujeito que vivia no campo, sendo



considerada pelos críticos somente uma extensão da educação vivenciada nos centros urbanos.

## **1.2 EDUCAÇÃO URBANA E EDUCAÇÃO RURAL**

A educação de forma geral desenvolvida no Brasil sempre teve como referência os parâmetros dos Centros Urbanos. Neste contexto, a educação do/no campo foi incluída nesse ideário conforme afirma Leite (2002, p. 25), “a sociedade campestre, de certo modo viu-se invadida pelos técnicos, agentes sociais e fomentadores de um novo processo educacional – o Programa de Extensão Rural – cujos objetivos levariam a uma descaracterização do mundo e dos valores naturais campestres”. Tal realidade vivida nas décadas anteriores mostra que a educação do/no campo ofertado nos moldes urbanos objetivava em primeiro plano que essa população não fosse para as cidades grandes onde os empregos estavam em escassez e também amenizar outra questão que era controlar as tensões sociais advindas dos centros urbanos vinculados à falta de emprego.

Não obstante, tal ação visava ainda inserir o agricultor brasileiro a um modelo de agricultura tecnológica, gerando dependência especialmente a de comprar recursos necessários para produção, sendo o empréstimo em bancos a forma ofertada para obtenção do capital com a finalidade de produzir produtos agrícolas em maior escala. Essa afirmação é reforçada por Lopes (2017, p.39), “quando enfatiza que a educação brasileira ao longo do processo estudado sempre foi elitista/aristocrática e com características alheias a realidade histórica”.

Isso significa dizer que a predominância em nosso sistema educacional ao longo da história sempre foi uma educação “urbanoide”, isto é, a cultura urbana era introduzida nas práticas educacionais camponesas sem qualquer significação própria para essa parcela da população, não levando em consideração a “identidade” do sujeito do campo.

## **2. RECUOS E AVANÇOS QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO**



Como já foi enfatizada anteriormente, a educação do/ campo sempre foi muito prejudicada, existindo na maior parte do tempo sem uma identidade própria e consequentemente sendo ofertado um conhecimento alienado da realidade do sujeito camponês que residia nesse espaço geográfico, no entanto essa realidade foi sendo modificada por intermédio de muita resistência. Apesar das lutas para que acontecessem as mudanças benéficas no espaço campestre, recuos não deixaram de ocorrer fragilizando o desenvolvimento de uma educação que contemplasse os anseios da população que vivia no campo.

Entre esses recuos que é visível não somente nas décadas passadas, mas ainda é atualmente, está - a Legislação brasileira que em caráter geral norteia as ações do Estado embasado nas prerrogativas da Carta Magna, sendo que as ações legalmente estabelecidas caminham dentro do viés ideológico e com isso priorizam em todos os segmentos estatais o que melhor parece aos gestores políticos. Essas legislações se manifestam por meio de políticas públicas direcionadas às demandas sociais, sendo que a demanda educacional no espaço do campo sempre foi deixada em segundo plano, em determinados períodos nem sequer foi cogitada, sendo isso enfatizado por Leite (2002, p. 19), que destaca:

A instância política prioriza as questões do Estado e seus princípios organizacionais básicos, principalmente no diz respeito aos poderes constituídos do Estado Liberal (Executivo, Legislativo e Judiciário). As demandas decorrentes desses poderes são atendidas mediante a distribuição de verbas e subsídios, viabilizado projetos de atendimentos às necessidades sociais como transporte, saúde, saneamento, segurança e educação, entre outros.

A princípio essas demandas que tinham de ser atendidas se referem especialmente ao espaço urbano, pois o espaço campestre afirma ainda (LEITE, 2002), que a República mesmo que ligada a influência positivista não se preocupou em fomentar uma política educacional destinada a escolarização do/no campo, influenciada pela ação desinteressada das lideranças brasileira.



Essa ideologia prejudicou e ainda prejudica a população que reside no campo e pior do que essa indiferença, foi que quando o governo direcionou no primeiro momento políticas públicas para atender a população do campo, foi para tentar minimizar o esvaziamento da populacional das áreas rurais que migraram para os centros urbanos em busca de uma vida melhor.

Neste sentido, outro fator preponderante que dificultou o desenvolvimento da educação do/no foi à própria escola implantada no meio rural, pois desde que começaram a funcionar apresentaram problemas como falta de infraestrutura necessária e de docentes preparados, falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógicas, currículo e calendário escolar que não condiziam com a realidade do campo. Essas escolas em muitos lugares foram e ainda são em sua grande maioria atendidas por professores com uma visão de mundo urbanista, desassociada das necessidades e das questões do trabalho no campo, indiferente a um projeto de desenvolvimento, fora dos anseios campesinos, bem como afastada do ideal dos trabalhadores do campo e seus movimentos e organizações.

Nesta perspectiva, dando ênfase a reflexão em formato de contradição, podemos perceber que a escola do campo não pode ser como afirma (GHEDIN, 2003), uma escola que ao ser organizada dispõe de um processo de formação somente voltada para preparar o discente para o mercado de trabalho, contribuindo para que a sociedade por meio da escola cristalice a própria alienação do seu ser. Mas precisa ser a escola que conforme (ESTEBAN, 2013), proporcione ao sujeito a interpretação crítica da realidade, bem como posicionamentos e opções frente a essa realidade, direcionado também o sujeito para ações individuais e coletivas voltadas para interferir e transformar a realidade.

Apesar de circunstâncias históricas que dificultam o desenvolvimento da educação no espaço campestre, existem felizmente fatores que tem ajudado o desenvolvimento no campo, entres esses está à construção da identidade do sujeito do campo que ao longo do tempo foi sendo construída e consolidando o sujeito que se percebe como ativo no processo podendo interferir no espaço que vive, essa identidade proporcionou



ao homem e a mulher do campo condições elementares para propor e lutar pelos seus anseios próprios do seu mundo.

Essa construção de identidade foi é importantíssimo para o avanço da educação do campo, pois inseriu o sujeito do campo no tempo e no espaço permitindo aos indivíduos compreender e agir por intermédio de reflexões, que produzam identificação da identidade, possibilitando decisões de intervenção no espaço individual e coletivo (GHEDIN, 2003).

Outro fator que ajudou alavancar o processo educacional do/ no campo foi à influência de grandes pensadores que em momentos históricos decisivos, apresentaram propostas educacionais favoráveis à educação do indivíduo que mora no espaço campestre, sendo tal educação desvinculada do viés capitalista. Entre esses pensadores a figura de - Paulo Freire é emblemática, pois por meio de sua influência visionária contribuiu e contribui para que não somente o sujeito do campo, mas também os sujeitos que viviam em outras realidades engendraram a consciência que todos podem e devem ter voz no espaço social, no entanto para que isso aconteça de forma satisfatória é necessário a emancipação. E isso somente pode acontecer de acordo com Freire - quando o oprimido engendra uma pedagogia que não pode ser elaborada pelo opressor, sendo esse um dos instrumentos pelo qual o oprimido descobre sua situação em meio ao mundo que vive e luta para que tal situação seja transformada (FREIRE, 2003).

Neste sentido, vemos ainda que os movimentos sociais foram e ainda são responsáveis por uma parcela dos avanços educacionais do/no campo. Dentre esses movimentos o Movimento dos Sem (MST), das mulheres, dos professores e outros serviram para garantir e efetivar conquistas de programas fomentados no espaço das políticas públicas para o sujeito do/no campo sinalizado para uma educação que atenda de fato os moradores do campo. Essas conquistas são vistas por Esteban (2013), como sendo uma conquista no espaço das políticas públicas uma vez que saúde, educação, habitação, crédito, entre outros são aspectos fundamentais para possibilitar a vida no campo.



Diante dessa premissa, apesar dos recuos e avanços, atualmente os desafios em torno da educação do/no campo ainda são muitos: entre eles estão a ampliação da pré-escola e a oferta de Universidade no próprio espaço campestre, bem com os processos pedagógicos que se identificam diretamente com o sujeito do campo e no campo, cuja prática executada pelos docentes e trabalhadores da educação atenda o interesse da população que vive nesse espaço campesino brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer dessa pesquisa foi possível perceber de forma mais profunda que a educação do campo sempre foi negligenciada, sendo que os motivos preponderantes estão vinculados ao formato de sociedade que vivemos, pois de acordo com teóricos estudados nossa sociedade se estrutura dentro do pensamento elitista, isto é, existindo grupos na sociedade que dominam e prioriza aquilo que vai beneficiá-los diretamente. Neste sentido, durante séculos a educação ofertada ao sujeito do campo limitou-se aos conhecimentos elementares (ler/escrever) desassociados do pensamento crítico, reflexivo e autônomo, sendo que aspectos da esfera política, econômica e social contribuíram para sustentação dessa realidade.

Neste contexto, diante dos recuos da educação campesina produzidos pela formatação própria do sistema, as ações realizadas pelos sujeitos ditos - oprimidos mostram que é possível superar esse ciclo, e que de forma direta servem como referenciais para serem utilizados em novos desafios que com certeza vão surgir no tempo e no espaço, demandando planejamento e consciência da realidade para conquistar os objetivos que no caso do sujeito do campo é na prática - uma educação que lhe proporcione a emancipação de forma ampla e consciente, dispondo para este fim de políticas públicas e de escolas que oferecem práticas educacionais condizentes com a realidade, a cultura e a identidade do povo do campo, possibilitando ainda um resgate cultural do homem do campo, como também permitindo que essa população permaneça em seu espaço, sem se deslocar para os centros urbanos, a fim de terem melhores condições de vida.

## **REFERÊNCIAS**



CALDART, R. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESTEBAN, M. T.; ESTRECK, D. R. A Educação Popular. Lugar de construção social coletiva. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GHEDIN, E. A filosofia e o filosofar. São Paulo: Uniletras, 2003.

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

LOPES, Sérgio Luiz. Diálogos e Experiências sobre a Educação do Campo. Organizador, - Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

Enviado: Novembro, 2020.

Aprovado: Dezembro, 2020.